



CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: AS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE A CRISE AMBIENTAL

Gabriela Ventura da Silva¹
Isabela Cabral Félix de Sousa²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Nilópolis-RJ/ Espaço Ciência Interativa do IFRJ / bigaventura@yahoo.com.br

² Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/
isabelacabralfelix@gmail.com

Resumo

A relação entre os seres humanos e o ambiente é o cerne das discussões sobre a problemática ambiental. No entanto, tal aspecto deve ser discutido, compreendendo outros que incluem a natureza histórica, cultural, biológica e social do ser humano. O presente trabalho, resultado de um recorte de uma dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz, aborda essa interligação sobre a crise ambiental a partir das percepções de um grupo de estudantes do Ensino Médio. Os dados foram coletados através de questionários e grupos focais. Fundamentando-se na análise de conteúdo, procedemos com uma análise categorial temática. As temáticas surgidas na análise envolvem a relação entre natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental. Discutindo estas percepções a partir da vertente crítica da educação ambiental, algumas questões são levantadas que podem contribuir com a promoção de uma Educação Ambiental Crítica.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica, problemática sócio-ambiental, relação ser humano e ambiente, Estudantes de Ensino Médio, Capitalismo

Abstract

The relationship between humans and the environment is the core of discussions on environmental issues. However, this aspect must be discussed, including other ones such as the history, culture, biology and social context of human beings. This work, stemming from a Master's thesis of the Graduate Program in Education in Biosciences and Health / Oswaldo Cruz Foundation, addresses the interconnections with the environmental crisis according to the perceptions of a group of High School students. Data was collected through questionnaires and focus groups. Based on the content analysis, we proceeded with a categorical thematic analysis. The themes that emerged encompass the relationships between human nature, capitalist values and environmental issues. Discussing these perceptions from a critical view of Environmental Education, issues are raised, that can contribute to the promotion of a Critical Environmental Education.

Key words: Critical Environmental Education, Socio-Environment problems, Human relationship with environment, High School students, Capitalism

INTRODUÇÃO

Temos presenciado a degradação do ambiente e dos seres humanos, em uma distribuição desigual de prejuízos e benefícios, onde a riqueza de uma minoria convive com a miséria de uma maioria que luta pela sobrevivência em meio a grandes prejuízos sociais e ambientais. Estamos vivendo uma crise civilizatória com feições ética, biológica, social, política, econômica, cultural, epistemológica e filosófica, na busca de novos modos de compreender e reinterpretar as relações entre sociedade e natureza, repensando o ser humano, enquanto ser não só biológico, mas cultural, histórico e social inscrito em uma intrincada rede de crenças e valores historicamente instituídos.

A constatação dessa crise teria se iniciado na década de 40 e se revigorou, sobretudo, nas décadas de 60 e 70 que foram marcadas por uma efervescência de vários movimentos sociais descontentes com a ordem societária vigente, seus valores e suas conseqüências, como por exemplo: a industrialização, a poluição, o individualismo, a concentração urbana e o modelo de produção e consumo. Dentre esses movimentos, destaca-se o ambientalismo, o qual se originou a partir da constatação de uma crise civilizacional de feição ambiental, questionando as relações estabelecidas entre a sociedade moderna e a natureza (LAYRARGUES, 2002). A crise ambiental, portanto, ultrapassa o funcionamento dos sistemas ecológicos e inclui o funcionamento dos sistemas sociais, se configurando como uma crise societária que, no entanto, se enraizou na sociedade em uma reduzida compreensão ecológica.

Em um terreno altamente político e ideológico, a Educação Ambiental surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise, buscando as suas raízes, através da articulação entre as dimensões social e ambiental. No entanto, durante a sua legitimação na sociedade houve uma perda da criticidade da questão ambiental e a Educação Ambiental tornou-se sinônimo de educação na natureza. A crise ambiental é discutida a partir da compreensão de conceitos e processos ecológicos, - como, por exemplo, o funcionamento dos ecossistemas-, como se houvesse uma desarticulação entre a esfera natural e o plano cultural e social dos seres humanos. Assim são ocultadas as dinâmicas social, cultural e política da questão ambiental.

Conforme aponta Carvalho (2002), o debate ambiental é um campo heterogêneo e multifacetado, compreendendo diversas práticas sociais, a partir de diferenciadas filiações ideológicas, políticas públicas, opções e hábitos de consumo. Em uma sociedade marcada por relações sociais extremamente assimétricas, existem diferentes interesses e atores sociais, com modos díspares de interagir com o ambiente, configurando um cenário de conflitos históricos, culturais e sociais subjacentes às questões ambientais, evidenciando o caráter político e ideológico da Educação Ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental ocorre sob uma diversidade de práticas e atividades, provenientes de diversos atores e segmentos sociais na defesa da preservação ambiental. Assim, no aparente consenso entre as diversas atividades de Educação Ambiental – todas voltadas para a conservação da natureza e reversão da crise ambiental –, existe um embate entre perspectivas a favor da manutenção do modelo societário vigente e outra que estaria contra essa hegemonia (GUIMARÃES, 2000). Não cabe, portanto, falarmos de uma única Educação Ambiental.

Compreendendo que existem diversas formas de fazer Educação Ambiental (EA) e, que cada uma delas traz subjacente uma concepção pedagógica de educação e uma compreensão do que significa a questão ambiental, surgem adjetivos para a Educação Ambiental os quais demarcam uma concepção específica de educação e da questão ambiental, comprometida com transformações sociais.

Nesse contexto, considerando a educação como forma de intervenção no mundo sendo, portanto, transformadora de realidades, deve-se compreender os educandos como seres históricos imersos em um mundo de cultura e significados. A questão ambiental, por sua vez, deve ser caracterizada a partir das relações entre seres humanos e natureza, historicamente e socialmente

situadas e condicionadas, a partir de uma visão do ambiente como espaço de intrincadas e complexas relações entre seres humanos e sua base natural de existência.

Esse trabalho tece algumas considerações para o campo da educação ambiental crítica, a partir da dissertação de Mestrado da primeira autora, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde/Fundação Oswaldo Cruz (VENTURA, 2007). Um dos aspectos ressaltados nessa pesquisa é o que relaciona a questão ambiental, a condição humana e o sistema societário, sendo apontada como fundamental na compreensão e enfrentamento da crise sócio-ambiental. Segundo Ventura (2007), é extremamente relevante que nas práticas educativas voltadas para a temática sócio-ambiental, seja contemplada a naturalidade histórica dos seres humanos.

Introduzir a dinâmica histórica de constituição do capitalismo e a afirmação desses valores amplia o horizonte de transformações, inclusive porque mostra que esse não é o único caminho. A história não é tempo de determinismo, mas de possibilidades, que se faz por sujeitos historicamente constituídos. Daí a pertinência de discutir a condição humana, situando os seres humanos, não só como seres biológicos, mas seres histórico-sociais; e por essa dimensão histórica é que se torna possível que outros caminhos possam ser construídos. (VENTURA, 2007, p. 113).

Ao longo desse trabalho, apontamos como essa questão pode se refletir na compreensão e enfrentamento da crise sócio-ambiental, pontuando e discutindo a relevância de algumas temáticas surgidas na análise das percepções do grupo de estudantes participantes da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A dissertação de Mestrado da qual o presente trabalho se origina foi realizada com um grupo de 44 estudantes de uma escola da Rede Federal de Ensino, no Estado do Rio de Janeiro e objetivou discutir as suas percepções sobre a crise ambiental. A coleta de dados foi realizada através de questionários, aplicado na primeira etapa da pesquisa contendo sete questões abertas, que versavam sobre a definição, as causas, as conseqüências e as soluções dos problemas ambientais e, a realização de dois grupos focais, versando sobre as mesmas temáticas. Os dados foram analisados segundo a metodologia da análise de conteúdo, procedendo com uma análise categorial temática. No presente trabalho é enfocada a relação entre seres humanos e natureza, a partir da análise de algumas temáticas discutidas na dissertação de Mestrado. Neste trabalho foram pontuadas duas grandes temáticas: os valores capitalistas e a condição humana e o discurso conciliatório entre desenvolvimento e preservação ambiental. São apontadas respostas do questionário e trechos dos debates ocorridos durante a realização dos grupos focais que explicitam e exemplificam a relação entre seres humanos e natureza. Discutimos as percepções dos estudantes no sentido de buscar novas sínteses e novos elementos para enriquecimento do fértil campo da Educação Ambiental.

OS VALORES CAPITALISTAS COMO CONDIÇÃO HUMANA

Através dos discursos dos jovens participantes da pesquisa, observamos uma crítica veemente à lógica capitalista e alguns apontam para a questão do lucro e do egoísmo nas causas dos problemas ambientais. No entanto, observamos também que, esses valores frequentemente aparecem associados ao capitalismo e também aparecem como inerentes ao ser humano. Esse aspecto é bastante evidente conforme mostra a transcrição de alguns trechos dos grupos focais realizados.

Quando questionados sobre a raiz dos problemas ambientais, os estudantes a associam ao lucro, à ganância e ao egoísmo:

J – “*Lá atrás, atrás, atrás.*”

V – “*Ganância humana. Sempre, desde que o homem pensou “eu penso” (fazendo gesto apontando para a cabeça), entendeu? ele é ganancioso, ele é mesquinho, ele quer sempre se dar bem em cima dos outros. Todos os homens são assim. Todos!*”

R (concordando) – “*Então é... Penso, logo destruo*”.

V – “*É. Penso, logo destruo. Penso, logo quero ganhar vantagem*”.

Pa – “*Penso, logo quero lucrar, né!?*”

Pr – “*Desde que ele tenha lucro, eles não estão nem aí para o que estão fazendo*”.

V – “*Mas isso não é atual não. Desde que o homem é homem.*” (grifos nossos)

J – “*Isso é de muito tempo. Se a gente é o que é hoje, é graças aos nossos antepassados. Não foi a gente que inventou isso não!*”

L – “*Eu acho que todo mundo tem culpa*”.

Pr – “*Não! Eu acho que o homem já nasce com isso*”. (grifos nossos)

J – “*Mas o problema é que a gente foi educado desse jeito: pensar mais na gente do que no outro*”.

Pa – “*Já é da natureza do ser humano, tipo... criancinha não foi educado ainda tipo... quero mais. Mas o brinquedinho da outra..*”

Observamos como se remete ao ser humano a causa da crise considerando a “ganância humana”. Esses valores aparecem próprios ao ser humano: “*Todos os homens são assim. Todos!*”, aponta um dos estudantes, enquanto outro diz: “*Desde que o homem é homem*”. Na mesma perspectiva uma estudante, em outro momento, fala: “*Eu acho que... todo mundo já nasce com a natureza de querer ser rico para poder ter tudo o que quer...*”.

Nesse mesmo trecho, contudo, podemos verificar uma perspectiva histórica de constituição desta situação, quando um dos estudantes aponta: “*Se a gente é o que é hoje, é graças aos nossos antepassados. Não foi a gente que inventou isso não*”. Podemos observar a tensão que existe entre a origem desses valores, quando um dos jovens relaciona o egoísmo a cultura: “*... é que a gente foi educado desse jeito*”. Ou seja, ao mesmo tempo em que é associado a natureza humana, é intrínseco a uma forma de cultura. Corroborando essa perspectiva, observamos o trecho abaixo:

I - “*(...) Além da cultura capitalista que estimula a gente a ser egoísta*” (grifos nossos).

R – “*Só que o povo não nasceu assim. Vai aprendendo como forma de cultura*”.

L – “*Eu acredito que nós tenhamos uma parcela de maldade, de ganância e tal... (grupo concorda) Mas o meio faz muito a pessoa que você é*”. (grifos nossos)

Conforme ressaltado em Ventura (2007), a relevância desse debate reside justamente no fato de que os valores fundados em um modelo de desenvolvimento instituído historicamente se confundem com a própria condição do ser humano. Um aspecto observado é a contribuição para uma percepção da problemática ambiental como inexorável, pois implica mudar a natureza humana e não alterar um modelo societário específico. Isto se confirma quando um dos

estudantes afirma que não acredita haver soluções para a problemática ambiental, porque “os homens não vão mudar”.

Notamos, ainda, que há uma percepção da crise causada pelos seres humanos de forma indistinta. As causas dos problemas ambientais residem na falta de educação, no egoísmo, em uma perspectiva individual, ou a um coletivo genérico, como a humanidade e a sociedade, conforme mostra o trecho a seguir, quando os estudantes discutem os culpados pela crise:

G – “*Da gente.*”

- “*Todo mundo*”.

G – “*A falta de educação da humanidade*”.

M- “*E a causa disso seria, eu acho, que seria assim, muito **egoísmo do homem**, também do egocentrismo. Tem muito isso também.*” (grifos nossos)

V - “*Ser humano*”

R - “*De certa forma nossa*”

Pr - “*Que a gente só pensa na gente*”

J - “*A gente é egoísta*”.

Podemos inferir que essa percepção da crise deflagrada pelos seres humanos de forma indistinta, emerge a partir de um discurso que relaciona valores como egoísmo, por exemplo, como próprios do ser humano, como diz um dos jovens: “*E a causa disso seria... muito egoísmo do homem*”. Uma das conseqüências dessa percepção da realidade é a compreensão da problemática ambiental através de um conjunto de valores e crenças que disjunta os seres humanos e natureza, sendo velada a dinâmica conflituosa em torno do acesso aos bens naturais e as desigualdades sociais e ambientais.

A conseqüência de uma visão predominantemente naturalista-conservacionista é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana. O caráter histórico e sempre dinâmico das relações humanas e da cultura com o meio ambiente está fora desse horizonte de compreensão, o que impede que se vislumbrem outras soluções para o problema ambiental. (CARVALHO, 2004, p.38).

Neste sentido, um dos aspectos que podemos deduzir a partir dos discursos desses estudantes é a necessidade de abordar a natureza histórico-social dos seres humanos nas práticas de educação ambiental, de modo a compreender que estamos inscritos em uma rede de relações extremamente desiguais o que significa que existem diferentes atores sociais no cenário de crise sócio-ambiental. O reducionismo naturalista da problemática sócio-ambiental desconsidera o caráter histórico e social das relações humanas e agrega valores instituídos culturalmente, como inerentes à espécie humana. Portanto, vela os conflitos sociais, apagando diferenças sociais, homogeneizando interesses e diluindo papéis sociais não expondo os conflitos sociais em torno do acesso aos recursos naturais, bem como a distribuição desigual dos prejuízos decorrentes dessa apropriação. Dessa forma, nivela todos como vítimas e causadores da crise ambiental, de forma indistinta.

De acordo com Layrargues (2002), uma das condições para apagar as diferenças sociais foi a “síndrome da catástrofe ecológica”, que une todos em direção à salvação do planeta. Segundo

esta perspectiva, todos são potenciais vítimas e todos são igualmente responsáveis diante do cenário de crise. Dessa forma, são diluídos os conflitos sociais e homogeneizado os papéis sociais, velando as desiguais relações de poder. Conforme Gonçalves (2002a), as implicações dessa negação para o debate ambiental se dão justamente forjando um homem genérico:

(...) sem que se considere a hipótese de que podemos estar diante de uma sociedade onde os homens estão inscritos em relações antagônicas; onde a natureza, por exemplo, esteja sendo apropriada de modo privado e assim, como a própria expressão propriedade privada sugere, uma parte da sociedade pode estar privada da propriedade da natureza e, conseqüentemente, tendo que se subordinar às determinações que emanam de outrem, dos usos do que deve ser feito da natureza. (GONÇALVES, 2002a, p.58).

Como existem diferentes interesses em torno dos bens ambientais, a dimensão política reside justamente na tensão entre a apropriação privada dos bens naturais, - os quais são de caráter público-, havendo uma multiplicidade de projetos sociais que interpretam o ambiental de forma diferente, de acordo com os interesses dos diferentes grupos sociais. Dessa forma, tanto o acesso aos bens naturais, quanto a distribuição dos prejuízos ambientais, se dão de forma desigual, não cabendo falar que todos os seres humanos têm igual responsabilidade e sejam igualmente afetados pela crise ambiental. Dessa forma, não podemos desconsiderar que estamos inscritos em uma rede de crenças e valores, condicionados e situados histórica e culturalmente.

Ventura (2007) destaca a importância de ponderar esses aspectos, pois compromete, sobretudo, o horizonte de transformações, uma vez que implica em mudar a natureza humana. A partir dessa tensão que permeia os discursos desses estudantes podemos inferir que o atual modelo societário se encontra tão enraizado no pensamento contemporâneo que se mescla à própria condição humana, reduzindo assim os horizontes de mudanças, pois não se percebe esse modelo e seus valores enquanto historicamente instituídos, da mesma forma que outros modelos e outros valores podem ser reinstituídos. O futuro, então, se mostra imutável e como apontou Freire (1996), a inexorabilidade do futuro é a negação da história. Dessa forma, torna-se necessário que se discutam outros modelos societários e a historicidade dos seres humanos, apontando como chegamos a esse modelo contemporâneo, esclarecendo que os valores são agregados historicamente. Gonçalves (2002b, p. 34) destaca que: “A história que afirmou esses valores e suas práticas é a mesma história que sufocou outros valores e outras práticas.”

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM DISCURSO CONCILIATÓRIO

Segundo os discursos dos estudantes, diante de um modelo imutável e valores tão arraigados, só resta compatibilizá-los com a qualidade ambiental. A ausência da perspectiva histórica também limita a compreensão da crise enquanto crise societária, levando a uma crença na possibilidade de conciliar a ganância (enquanto própria dos seres humanos) e, inclusive, as diferenças sociais (quando um dos jovens diz “*queiram ter mais que os outros*”) com a preservação ambiental, como se fosse possível o desenvolvimento de todos de forma igualitária, dentro do modelo social vigente. Diante de uma visão de mundo que percebe valores como o egoísmo e a ganância como inerentes à condição humana (“*Porque a ganância é um negócio natural*”, afirmou um dos alunos), resta adequá-los, em uma perspectiva em total consonância com o discurso hegemônico:

L – “*Mas a ganância... sempre vai ter um que vai querer mais. A ganância não vai desaparecer porque a ganância é um **negócio natural**, como vocês falaram...*”
(grifos nossos)

V (no meio da fala de L) – “*É utópico. O que eu estou falando é uma coisa*

utópica”.

L(continuando) - “(...) *É um negócio que tem gente que nasce com isso. Mas o que a gente pode fazer? A gente pode tentar fazer... é o chamado Desenvolvimento sustentável (ao falar sustentável, gestos com as mãos simbolizando a palavra ‘sustentável’ entre aspas). Tentar fazer com que as pessoas tenham a ganância delas, queiram ter mais que os outros, mas que não destruam a Mata Atlântica por causa disso”.*

A associação da ganância à natureza humana resulta em um discurso através do qual se reforça os ideais consumistas do atual sistema, em uma posição absolutamente ingênua que crê possível que “(...) *as pessoas tenham a ganância delas, queiram ter mais que os outros, mas que não destruam a Mata Atlântica por causa disso”*, conforme apontou um dos jovens durante o grupo focal. Este é um dos aspectos nos quais os discursos críticos ao sistema vigente são aprisionados pela hegemonia quando então cogitam o mesmo padrão de vida para todos segundo os padrões vendidos ideologicamente. É sob essa perspectiva que o termo ‘desenvolvimento sustentável’, por exemplo, ganha a sua legitimação na sociedade à medida que professa uma igualdade social sem degradação ambiental. Há uma crença da possibilidade de extensão de um modelo de vida que ideologicamente é vendido para a maioria, mas que só existe se for para uma minoria, conforme mostra o trecho abaixo:

P – “*Eu acho que todo mundo tem que ter uma situação melhor.... a nível de... como posso dizer nível social. Todo mundo tem que ter acesso ao melhor.... é aquela coisa, cara: eu tenho uma televisão de 20” e o meu amigo comprou a de 29” e eu não tenho dinheiro para comprar, eu vou querer de alguma forma ter a TV de 29”. Eu quero o melhor. Agora, se todo mundo tiver condição de ter uma TV de 29”... todo mundo ter o melhor, pô... vai ficar beleza”.*

V – “*O sentimento de ganância do homem ta aí, cara”.*

L – “*Mas o lance não é nem você conseguir um nível, um status, um nível igual ou um bom nível. É você conseguir o desenvolvimento de todo mundo, entendeu? Um desenvolvimento social igual só que sem prejudicar o meio ambiente. É você conseguir desenvolvimento sem se autodestruir, entendeu?”*

J – “*Pô, se um dia a gente conseguisse alcançar uma igualdade entre todos, acho que ia ser melhor em tudo. Não só nos problemas ambientais”.*

Para esses jovens, um dos aspectos conflituosos surge a partir do momento em que todos querem ter condições iguais (condições essas pautadas no consumismo e no modelo de vida das classes dominantes), como foi possível observar nesse trecho. Podemos verificar que, tal debate abre possibilidades de tencionar formas de reverter a questão da desigualdade, não só social, mas também ambiental. A questão do consumo e sua relação com a (des) igualdade social explicita o caráter político da problemática sócio-ambiental. Para Trein (2007, p. 118) a questão do consumo requer uma discussão política: “(...) de forma a explicitar os conflitos de interesses das classes sociais e os limites entre a produção de bens de uso social e a mera produção de bens de troca, em que a vida digna perde seus conteúdos sociais e éticos para tornar-se mercadoria”.

O ideário de expansão de um modelo de desenvolvimento pautado na expansão do consumo, nos interesses individuais, pautados no industrialismo, seguindo o modelo neoliberal, se confirma na nossa sociedade e tem subjacente a desqualificação da política. Esse esvaziamento da ação política nas medidas dos Estados nacionais, “leva à naturalização da

mercantilização de todas as esferas da vida, ou seja, do trabalho, da natureza, do conhecimento, das relações sociais”. (Trein, 2007, p.115)

Segundo a lógica da expansão do consumo, a solução apontada pelos estudantes repousa na questão de condições sociais e ambientalmente igualitárias, não sendo questionada a insustentabilidade da atual lógica de produção e consumo; antes, propõem um ‘consumismo sustentável’, como se fosse possível que a base natural de sustentação material pudesse comportar o consumo material de todos, dentro da lógica do atual sistema societário. Apesar do caráter crítico (enquanto questionadores do sistema vigente), esses discursos são conservadores, principalmente porque não conseguem relacionar efetivamente a crise ambiental como fruto da crise de uma sociedade pautada na segregação e na desigualdade.

Nesse contexto de compreensão, há uma dissociação entre os problemas sociais e os problemas ambientais, conforme corrobora a fala de uma estudante:

*“Eu acho que a desigualdade social, em suma, é um problema não muito ligado ao meio ambiente. Acho que o combate à desigualdade social é um problema que o governo vai ter que solucionar com medidas para tentar amenizar isso. (...) se o foco é o meio ambiente, a gente tem **que pensar no desenvolvimento da sociedade como um todo, mesmo os mais pobres, e mesmo os mais ricos, para tentar fazer com que tudo isso funcione sem degradar**”.* (grifos nossos)

É clara a idéia da manutenção das desigualdades sociais e a crença de que é possível, dentro do atual sistema *“tentar fazer com que isso funcione sem degradar”*, como disse a estudante. Essa perspectiva conciliatória se confirma em outro trecho do grupo focal, quando discutem a questão do reflorestamento evidenciando a tensão entre o desenvolvimento e a qualidade ambiental e a busca por alternativas que favoreçam essa conciliação.

P – *“Uma coisa que eu acho ridículo (...) só pode desmatar desde que você plante. Mas a partir do momento que você replanta vai demorar milhares de anos para aquilo dali se desenvolver”.*

G - *“Mas aí se sempre tivesse sido assim... antigamente quando começaram a desmatar...”*

I - *“Mas aí é estranho... a gente precisa do cinza, assim... do desmatamento”.*

R – *“O problema não é você deixar de ter casas e cidades. É a partir do momento que você desmata, você reflorestar algumas árvores”.*

I (interrompendo) – *“Mas vai plantar aonde?”.*

A – *“Pra existir a gente, entendeu? Tem que ter desmatamento”.*

Notamos como os discursos estão enraizados a um pensamento que busca harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento tecnológico, sem que sejam explicitadas as diferenças tanto no acesso aos bens naturais, quanto na divisão dos prejuízos em decorrência de uma utilização desigual e privada da base natural de sustentação material.

Um novo projeto societário terá que se opor ao consumismo que caracteriza o pertencimento de classe, a diferenciação de grupo social, de território, de grau de escolaridade, que são formas de expressão da produção social e coletiva de bens e da apropriação privada e desigual da riqueza produzida. (TREIN, 2007, p. 119).

Nesse contexto é evidenciado que a questão do consumo e da desigualdade social deve ser discutida considerando tais aspectos, sobretudo por trazer à tona uma das principais questões que configuram o cerne da crise sócio-ambiental: a apropriação privada da natureza (humana e não-humana), baseada em uma lógica de desigual distribuição de benefícios e prejuízos, sociais e ambientais. Segundo Carvalho (2004) esses conflitos lançam a dinâmica política na questão ambiental, pois os bens ambientais, que são de caráter público, têm sido apropriados segundo interesses privados.

Ocorre que vivemos em uma sociedade em que eles (bens ambientais), assim como outros bens econômicos e sociais, são objeto de uma distribuição desigual. (...) Apesar de nossa sociedade ser fundada na idéia de igualdade jurídica dos cidadãos e na universalização dos direitos, na prática das relações sociais, a dinâmica da acumulação privada gera a distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os grupos sociais e se nutre dessa desigualdade. Com os bens ambientais não é diferente. (CARVALHO, 2004, p. 166).

Como aponta Layrargues (2002, p. 190), a Educação Ambiental Crítica: “(...) entende que a crise ambiental é decorrente do agravamento da tensão da lógica da apropriação privada dos recursos humanos e naturais, que na ordem econômica competitiva, são forçados ao uso abusivo”. Deste modo, importa questionar e discutir a posição do ser humano enquanto espécie cultural e socialmente estruturada, que acaba por ter diferentes papéis sociais e distintos modos de relacionar-se com o ambiente, segundo interesses diferentes. Nesse sentido, Loureiro (2004, p.38) coloca que:

(...) quando dizemos que entre 20% e 40% da energia solar é consumida por uma única espécie, o Homo sapiens, num percentual muito superior ao de qualquer outra, é preciso entender que isso se dá dentro de um determinado modo de produção, de acesso e uso desigual do patrimônio natural, tornando imprecisa a generalização e impossível se equiparar o modo de vida de um norte-americano com o de um africano.

Compreender a crise ambiental em uma perspectiva sócio-ambiental, portanto, requer considerar diferentes atores sociais, compreendendo a condição sócio-cultural dos seres humanos. Desconsiderar os diferentes atores sociais e seus modos de interagir com o ambiente reflete de forma bastante perigosa em práticas de intervenção social colaborando com a degradação das relações sociais e das relações com o ambiente, repercutindo na manutenção ou até mesmo no agravamento da crise sócio-ambiental instaurada. Em um trabalho realizado em localidades rurais, Rozemberg (2005) mostra a tensão entre ambientalistas e agricultores que acaba por reforçar a degradação ambiental e a degradação social, revelando o conflito de interesses sócio-ambientais travado entre os moradores rurais e ambientalistas. A autora assinala:

Não só os interesses e valores da comunidade rural são negligenciados nos projetos que proliferam ‘para’ a região, mas, principalmente, é em nome da ‘defesa do ambiente’ que a população experimenta a falência, a ameaça da fome, a humilhação, a repressão e por vezes danos a sua integridade física. (ROZEMBERG, 2005, p. 541).

No contexto das desigualdades sociais, vale ressaltar que observamos em alguns discursos uma percepção sob a ótica da distribuição desigual de prejuízos e benefícios. Tal aspecto é ratificado quando um dos estudantes afirma que os problemas ambientais existem “*Devido a má aplicação do ambiente em benefício de terceiros*”. Em alguns momentos durante o grupo focal, vemos confirmar esse discurso, segundo um dos jovens durante o debate:

“(...) grandes países produzem poluição, e... tipo... a poluição é levada para países tipo... África, assim... onde nego já não é feliz e a chuva ácida ocorre lá. Ou seja, o maluco polui e não sofre nada”.

No tocante as desigualdades sociais os estudantes delineiam um quadro de injustiças

ambientais, ao discutirem as conseqüências e os sujeitos afetados pela crise ambiental. Eles ressaltam a importância que é dada ao ‘capital’ na nossa sociedade, que pode “pagar” qualquer conseqüência, conforme explicita um dos trechos do grupo focal: “É... eu vou ficar doente. Eu tenho muito dinheiro para pagar os melhores médicos”, cabendo nesse contexto, uma crítica veemente ao capitalismo feita por um dos alunos: “Maldito capitalismo!”.

De acordo com esses jovens, na nossa sociedade o dinheiro e o lucro passaram a ter um valor tão essencial que neles as pessoas repousam as soluções para todo e qualquer problema, conforme comenta um dos jovens: “No final, ainda vai continuar essa parte **do lucro**. Todo mundo está precisando de tal coisa para sobreviver, eu tenho tal coisa, então eu vou vender”. Para esses jovens, segundo essa mesma tendência, haverá a formação de exilados ambientais: formação de um grupo de pessoas que, financeiramente privilegiados possam sobrepujar as conseqüências da crise ambiental. Ao mesmo tempo, essa perspectiva faz alusão a uma percepção das desigualdades com relação aos prejuízos ambientais, apontando que existem aqueles que, pelo poder financeiro, podem burlar as conseqüências ambientais. Esse aspecto abre a possibilidade para discutir os diferentes papéis sociais, tanto com relação às responsabilidades, tanto com relação às conseqüências.

Em alguns discursos dos estudantes, há uma identificação de grupos beneficiados e prejudicados, inclusive com a menção de que “quanto menor o poder aquisitivo, mais prejudicado você é”, conforme apontou uma das alunas, denotando claramente um quadro de injustiça ambiental, o qual cabe ser explicitado nas propostas de Educação Ambiental. Conforme a Declaração Final do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, em 2001, entende-se por injustiça ambiental:

(...) o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (DECLARAÇÃO FINAL, 2001 apud CARVALHO, 2004, p. 248).

Assim, a Educação Ambiental deve identificar sujeitos sociais específicos, com diferentes responsabilidades e diferentes exposições aos riscos ambientais. Conforme nos assinala Pedrosa (2007) necessitamos de uma crítica que nos permita compreender não apenas as relações entre os homens, mas as relações da cultura com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das discussões apresentadas neste trabalho podemos tecer algumas questões que devem ser evidenciadas na promoção da Educação Ambiental Crítica, compreendendo a crise ambiental enquanto uma crise societária e considerando a naturalidade histórica do ser humano. Muitos aspectos dos discursos desses jovens corroboram o discurso dominante, ao mesmo tempo em que abrem possibilidades de expressar novos caminhos e novas sínteses. As temáticas aqui discutidas representam uma parcela de todas as questões contempladas na dissertação de Mestrado, do qual este trabalho é fruto. Contudo, avaliamos que as considerações aqui tecidas evidenciam um fundamental aspecto na compreensão e enfrentamento do atual cenário de crise que temos vivenciado: as relações entre seres humanos e a relação da cultura com a natureza.

A ausência de um horizonte histórico implica na incerteza sobre a origem de valores como egoísmo, ganância e ambição, apontados pelos estudantes como um dos pilares da crise ambiental. A tensão entre a origem desses valores como inerentes à natureza humana ou a uma forma de organização societária (o capitalismo) constitui-se um dos grandes entraves para o enfrentamento efetivo da crise, por algumas vezes inclusive limitando o potencial transformador.

Isso porque confundir tais valores com a condição humana implica em mudar a natureza humana para reverter o quadro de crise, o que se traduz em uma imobilidade.

O sistema atual se mostra tão forte e hegemônico que os seus valores e seus pressupostos são vistos com muita obviedade, como se sempre tivesse sendo assim. Negligenciar tal questão acaba por corroborar os interesses dominantes, uma vez que resulta em uma percepção de que cabem ajustes no atual sistema, de modo a corrigir certas deformidades como, por exemplo, os problemas ambientais, conforme podemos observar no discurso conciliatório desses jovens.

Em um momento em que somos convocados a repensar as relações entre seres humanos e natureza, temos que evidenciar o caráter dinâmico e dialético dessa interação. Conforme aponta Layrargues (2002, p.190) “Analisar o funcionamento da sociedade resultará forçosamente na compreensão e conscientização dos processos sociais e econômicos que determinam as divisões sociais e as relações de exploração e domínio de uns sobre outros”. Esses aspectos aparecem claramente nos discursos dos estudantes, sobretudo, quando relacionam poder financeiro e as conseqüências ambientais.

Através da compreensão da problemática ambiental na complexidade das suas diversas dimensões, por um horizonte histórico, um novo projeto civilizatório pode ser vislumbrado, construído pela história concreta dos homens. Trata-se de uma proposta de educação que permita uma compreensão da realidade em um “esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes” (FREIRE, 2005, p. 111). Assim, as questões sócio-ambientais devem ser problematizadas, discutindo papéis, responsabilidades, prejuízos e benefícios ambientais e sociais. Sobretudo, apontando espaços de participação política, individual e coletiva, buscando a construção coletiva de novos caminhos.

Considerar outras formas de organizações humanas, situadas historicamente pode se apresentar como uma possibilidade para que dentro das críticas do atual sistema se vislumbre outros possíveis estilos societários, contribuindo para a construção do horizonte utópico. Dessa forma, se problematiza um futuro que até então, se mostrava implacável. Apreender a crise através de uma perspectiva sócio-histórica auxilia a pensar o futuro também enquanto construção sócio-histórica. Conforme aponta Trein (2007, p. 119):

A tarefa é resgatar as dimensões históricas e culturais que qualificam um projeto societário de novo tipo, em que ações organizadas desde a base da sociedade nos levem, através da participação ativa na autogestão dos processos produtivos e nas definições políticas da gestão da riqueza, à construção coletiva da sustentabilidade e da solidariedade.

Discutir, como nesta pesquisa, em que medida a ausência das dimensões históricas, sociais e culturais da crise influenciam a compreensão e enfrentamento da problemática ambiental desses estudantes de Ensino Médio e criar espaços de discussão, nos quais se alie reflexão e prática, em ambientes de participação individual e coletiva, certamente é um caminho que pode contribuir para a Educação Ambiental Crítica e uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, I. C. M. Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama, 2002. p. 39-47.

_____. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.

GONÇALVES, C.W.P. (2002a) Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama; 2002. p. 49-75.

_____. (2002b) Um pouco de filosofia no meio ambiente. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama; 2002.p. 23-38.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 8 ed. Campinas: Papirus; 1996.

GUIMARÃES, M. (2000). *Educação ambiental: no consenso, um embate?* Campinas: Papirus; 2000.

LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama; 2002. p.77-91.

LOUREIRO, C. F.B *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez; 2004.

PEDROSA, J. G. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). *A questão ambiental no pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 69-112.

ROZEMBERG, B. Conflito entre interesses agrícolas e ambientalistas nas localidades rurais de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. IN: MINAYO, M.C. S. e COIMBRA, C. E. A. (orgs.). *Críticas e atuantes: Ciências sociais e Humanas em Saúde na América Latina*; 2005.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). *A questão ambiental no pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 113-134.

VENTURA, G. S. *Reflexões sobre as percepções de um grupo de estudantes sobre a crise ambiental*. 2007. 143 f. Dissertação [Mestrado em Ensino de Biociências e Saúde] – Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.